

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA OMNI SAÚDE S.A.  
Aos 24 dias do mês de março de 2025, às 14:00 horas, na Rua 3, nº 1022, andar 16°, Sala 1601, Setor Oeste, CEP 74.115-050, Município de Goiânia, Estado de Goiás, foi realizada a Assembleia Geral de Constituição da **OMNI SAÚDE S.A.** Estiveram presentes a totalidade dos Acionistas Fundadores, representando a totalidade dos sub-criptores da Capital Social. A mesa foi composta pelo Sr. **Rodrigo Panisi de Campos Meirelles** como Presidente e pelo Sr. **Lucas Alves de Sousa** como Secretário. A convocação prévia da assembleia foi dispensada, conforme o § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76.

**Acionistas Fundadores:**  
**RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO**, brasileiro, casado sob o regime de separação absoluta de bens, médico, inscrito no CPF sob nº 860.427.651-68, portador da Cédula de Identidade de RG nº 3.667.177, expedido pela DPGPC/GO, residente e domiciliado na Alameda das Espaladas, quadra 57, lote 24, Residência Aldeia do Vale, Goiânia - GO, CEP 74.680-160, natural de Goiânia - GO, filho de Paulo Antônio de Aquino e de Maria Aparecida Teixeira de Aquino, nascido em 27/02/1979.

**MAP EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.524.621/0001-41, com seus atos constituintes devidamente arquivados perante a JUCEPA sob o NIRE 15201965697, com sede na Avenida do Comércio, nº 187, Qd. 101, Lt. 187 C, Bairro Rio Verde, Parauapebas PA, CEP: 68.515-000, neste ato representada pelo seu administrador Sr. **RODRIGO PANISI DE CAMPOS MEIRELLES**, brasileiro, engenheiro civil, casado no regime da separação total de bens, nascido aos 19/02/1981, natural de Goiânia/GO, portador da Cédula de Identidade nº 3642152/2a Via, expedida pela DPGC-GO, inscrito no CPF/IME sob o nº 893.407.281-49, residente e domiciliado na Rua das Plumas, quadra 6 (ZPR-BD), Lote 14, Jardins Munique, Goiânia/GO, CEP: 74.886-063, filho de José de Campos Meirelles Junior e Ana Maria de Castro Panisi Meirelles.

**I – ORDEM DO DIA:**  
**A ordem do dia da assembleia inclui:**  
1. Constituição de uma companhia de capital fechado que atuará na comercialização, em todo o território nacional, de Planos de Saúde;  
2. Subscrição e forma de integralização das ações;  
3. Eleição da diretoria e respectiva remuneração;  
4. Deliberação sobre o Conselho Fiscal;  
5. Deliberação e Constituição da Sociedade e aprovação do Estatuto Social;  
**II – DELIBERAÇÃO:**

O projeto do estatuto social, já de conhecimento de todos, foi aprovado por unanimidade, sendo declarada parte integrante e inseparável desta ata. A **OMNI SAÚDE S.A.** foi definitivamente constituída, com sede na Rua 3, nº 1022, andar 16°, Sala 1601-A, Setor Oeste, CEP 74.115-050, Goiânia-GO. A Companhia iniciará suas atividades após o cumprimento das formalidades legais para este tipo societário. A Companhia será constituída na data de assinatura deste Estatuto, mas somente dará início às atividades após a obtenção do competente registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, nos termos da legislação aplicável. Até que tal registro seja regularmente concedido, a sociedade compromete-se a abster-se de comercializar, ofertar, promover ou operar quaisquer produtos ou serviços próprios de operadora de planos de saúde.

**II – SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES:**  
O capital social será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e a ser integralizado em moeda corrente nacional pelos acionistas fundadores.

A subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma:  
**RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO**, já qualificado, subscreve e integraliza 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, equivalentes a 50% (cinquenta por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de Goiás.

**MAP EMPREENDIMENTOS LTDA**, já qualificada, subscreve e integraliza 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, equivalentes a 50% (cinquenta por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de Goiás.

**ELEIÇÃO DA DIRETORIA E REMUNERAÇÃO:**  
Por unanimidade, foi eleito para um período de 03 anos, o Sr. **Rodrigo Teixeira de Aquino**, como Diretor Presidente. A remuneração global anual da Diretoria foi fixada em até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser deliberada em assembleia especial entre os acionistas.

**CONSELHO FISCAL:**  
Não foi constituído o Conselho Fiscal, por não ser de funcionamento permanente e não ter havido solicitação dos acionistas, conforme permitido pela lei e pelo estatuto.  
**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DA DIRETORIA:**  
O Diretor Presidente declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, em virtude de condenação criminal, por pena que vede o acesso a cargos públicos, por crime falenar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foi declarado inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

**APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:**  
Fica aprovado, por unanimidade, a redação do presente Estatuto Social, tal como redigido e anexo à esta Ata, como sendo o regulamento oficial da cia. Este Estatuto Social passará a vigorar a partir da data de sua aprovação.

**TERMO DE POSSE DA DIRETORIA:**  
O Diretor eleito foi empossado neste ato, aceitando o cargo e tomando posse imediata mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas.

**ENCERRAMENTO:**  
Não havendo mais assuntos a tratar, a assembleia foi encerrada, declarando a constituição da companhia. A presente ata, após lida e aprovada, foi assinada e rubricada por todos os presentes.  
Goiânia, Estado de Goiás, 24 de março de 2025.

<b>Acionistas:</b>	MAP EMPREENDIMENTOS LTDA. Representada por Rodrigo Panisi de Campos Meirelles RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO
<b>Diretoria:</b>	Rodrigo Teixeira de Aquino Diretor Presidente
<b>Mesa:</b>	Rodrigo Teixeira de Aquino Presidente Lucas Alves de Sousa Secretário
<b>Advogado:</b>	Lucas Alves de Sousa OAB/GO nº 45.457

**ESTATUTO SOCIAL DA OMNI SAÚDE S.A**  
**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO**  
**ARTIGO 1º. OMNI SAÚDE S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima regida por este estatuto social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

**ARTIGO 2º.** A Companhia tem por objeto social:  
(I) A comercialização, em todo o território nacional, de Planos de Saúde, médicos e odontológicos, em todas as modalidades previstas pela legislação brasileira pertinente, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos de saúde, públicos ou privados;  
(II) Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;  
(III) Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;  
(IV) Serviços de diagnóstico por registro gráfico – EEG, EEG e outros exames análogos; e  
(V) Atividade de fisioterapia.

**Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 3, nº 1022, andar 16º, Sala 1601, Setor Oeste, CEP: 74115-050, Goiânia – GO, e poderá, por deliberação da diretoria ou conselho de administração, abrir filiais ou escritórios em qualquer localidade do território nacional ou do exterior.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**  
**Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, dividido em 1.000.000,00 (um milhão) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária confere a seu respectivo titular o direito a um voto nas assembleias gerais.

**Parágrafo Segundo.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia.  
**Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação da diretoria ou conselho de administração, que será competente para fixar o preço de emissão, bem como as demais condições de emissão, inclusive o prazo de integralização.

**Parágrafo Primeiro.** A Companhia pode, dentro do limite aprovado por eventual assembleia geral para este fim, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades controladas, sem direito de preferência para os antigos acionistas.

**Parágrafo Segundo.** Fica excluído o direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

**Artigo 7º.** Na subscrição de ações, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número das ações já possuídas, desde que exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias. Havendo sobras, os demais acionistas, dentro do prazo estipulado em assembleia geral ou reunião do conselho de administração, conforme o caso, terão preferência para a subscrição das respectivas porções.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**  
**Artigo 8º.** A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término da cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas em sua convocação, instalação e realização as disposições legais aplicáveis a este estatuto social.  
**Parágrafo Primeiro.** As assembleias gerais serão convocadas com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 5 (cinco) dias, em segunda convocação.  
**Parágrafo Segundo.** Além das demais hipóteses previstas em lei e neste estatuto social, a assembleia geral poderá ser convocada pelo presidente do conselho de administração ou por 2 (dois) conselheiros em conjunto.  
**Artigo 9º.** A assembleia geral será instalada e presidida pelo presidente do conselho de administração e, em sua falta ou impedimento, por qualquer outro membro do conselho de administração ou, na falta destes, por qualquer acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da assembleia geral escolherá um dos presentes para servir de secretário.

**Artigo 10º.** Compete à assembleia geral, além das demais matérias previstas em lei:  
a) Alteração do objeto social, aumento do capital social acima do limite autorizado no *caput* do Artigo 6º ou redução do capital social, criação de reservas, modificação do dividendo obrigatório ou alteração da composição, competência e funcionamento do órgão de administração e de qualquer comitê da Companhia;  
b) Criação de ações preferenciais;  
c) Criação de qualquer nova classe de ações ou aumento de qualquer classe de ações, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies de ações;  
d) Alteração nos direitos, preferência, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações;  
e) Qualquer alteração ao estatuto social;  
f) Resgate, amortização, recompra, cancelamento, permanência em tesouraria e posterior alienação de ações ou outros valores mobiliários;  
g) Eleição e restituição de membros do conselho de administração, nos termos deste estatuto, bem como mudanças ou fixação da remuneração dos administradores, dos membros do conselho fiscal, dos membros do comitê estratégico e dos membros de qualquer outro comitê, que será definida em bases globais, cabendo ao conselho de administração fixar, em reunião, a remuneração individual dos diretores e membros do comitê estratégico, de outros comitês da companhia e do conselho fiscal, se instalado;  
h) Distribuição ou retenção de lucros ou dividendos, mudanças nas políticas de dividendos, sem prejuízo da competência do conselho de administração prevista nas letras "g" e "h" do Artigo 16º deste estatuto social;  
i) Registro de companhia aberta, cancelamento de registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital, e qualquer oferta pública de valores mobiliários;  
j) Emissão de debêntures ou de qualquer outro valor mobiliário conversível ou não em ações;  
k) Participação em grupo de sociedades;  
l) Transformação, fusão, cisão, incorporação por outra sociedade, incorporação de ações ou incorporação de outra sociedade ou qualquer outra reorganização societária;  
m) Autorização para confessar ou pedir falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;  
n) Dissolução, liquidação ou extinção, ou cessação do estado de liquidação;  
o) Suspensão do exercício dos direitos de acionista; e  
p) Criação, alteração ou cancelamento de qualquer plano de opção de ações.

**Parágrafo Único.** Em caso de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, antes da tomada da decisão, os membros do Conselho de Administração deverão avaliar no processo de *due diligence* as vulnerabilidades que acarretam os riscos à integridade da empresa de acordo com os parâmetros de compliance, que nos casos aplicáveis incluem a verificação nas esferas públicas nacionais e estrangeiras de aplicações de sanções disciplinares, reparação dos problemas legais, reporte e cooperação junto à estas instituições.

**Artigo 11º.** As deliberações da assembleia geral serão aprovadas conforme previsto em lei e no presente estatuto.  
**Artigo 12º.** No caso da realização de oferta pública inicial de ações, a assembleia geral aprovará, concomitantemente, a adesão da Companhia a segmento especial de bolsa de valores que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governação corporativa.

**CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13º.** A administração da Companhia compete à Diretoria.

**Artigo 14º.** A Diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta de, no mínimo, 01 (um) e no máximo 05 (cinco) diretores, sendo 1 (um) diretor presidente e os demais diretores sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro.** Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

**Parágrafo Segundo.** Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

**Parágrafo Terceiro.** A eleição dos diretores observará as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Quarto.** Os membros da Diretoria terão remuneração mensal, que será fixada anualmente pela Assembleia Geral, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais.

**Parágrafo Quinto.** Em caso de vacância de algum cargo de Diretoria, caso os acionistas não optem pela vacância temporária, será convocada Assembleia Geral Extraordinária para prover o cargo, observadas as disposições deste Estatuto, e o substituto eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituto.

#### SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 15º.** O conselho de administração, quando instalado, será composto de, no mínimo, 02 (dois) membros, sendo permitida a ampliação para 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país ou não, com um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, devendo cada um dos membros permanecer no cargo até que seu sucessor seja eleito e empossado no respectivo cargo, exceto nos casos de vacância.

**Parágrafo Primeiro.** Os acionistas, poderão indicar membros para o conselho de administração na proporção de ações detidas, de acordo com o resultado da multiplicação de sua participação no capital social pelo número de membros elegíveis.

**Parágrafo Segundo.** Os acionistas poderão somar parte ou a integralidade de sua participação no capital social para, em conjunto, indicar membros do conselho de administração.

**Parágrafo Terceiro.** Qualquer acionista ou conjunto de acionistas poderá destituir, a qualquer tempo e sem justificativa, o(s) membro(s) do conselho de administração que houver indicado.

**Parágrafo Quarto.** No caso de vacância do cargo de um determinado membro do conselho de administração, por qualquer motivo, inclusive em decorrência de destituição, renúncia ou impedimento, o seu substituto será indicado pelo acionista ou conjunto de acionistas que indicou o respectivo membro ausente, imediatamente, mas em todo caso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da verificação ou ciência da vacância.

**Parágrafo Quinto.** Os acionistas se obrigam a reunir-se em assembleia geral e votar com as ações, de modo a aprovar a nomeação dos membros do conselho de administração indicados nos termos desse artigo e seus parágrafos.

**Parágrafo Sexto.** Os membros do conselho de administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro dos 20 (trinta) dias que se seguem à eleição.

**Parágrafo Sétimo.** Os membros do conselho de administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Oitavo.** Dentre os membros do conselho de administração, um será designado pela assembleia geral para ocupar o cargo de presidente. Caberá ao presidente do conselho de administração o voto de desempate ou de minerva.

**Artigo 16º.** O conselho de administração reunir-se-á mensalmente ou sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro.** As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente ou por 2 (dois) conselheiros, por e-mail ou fax, enviados aos números de fax e endereços eletrônicos informados por escrito por cada um dos membros do conselho de administração à Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de cada reunião, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

**Parágrafo Segundo.** Em caráter de urgência, as reuniões do conselho de administração poderão ser convocadas pelo presidente do conselho de administração sem a observância do prazo previsto no caput deste Artigo 15, desde que sejam inequivocamente identificados todos os demais membros do conselho de administração.

**Parágrafo Terceiro.** Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular também a reunião a que comparecerem todos os membros do conselho de administração, por si ou na forma dos §§ 5º, 6º e 8º abaixo.

**Parágrafo Quarto.** As reuniões do conselho de administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros observados o disposto nos §§ 5º, 6º e 8º abaixo.

**Parágrafo Quinto.** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os conselheiros poderão se fazer representar na reunião por outro membro do conselho de administração, designado por meio de autorização específica e da qual conste instrução de voto do conselheiro ausente ou impedido, valendo tal representação para fins de verificação de quórum de instalação e deliberação.

**Parágrafo Sexto.** Os conselheiros poderão enviar antecipadamente o seu voto, que valerá para fins de verificação de quórum de instalação e deliberação, desde que enviado à Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração, por escrito, até o início da reunião.

**Parágrafo Sétimo.** As reuniões do conselho de administração serão realizadas, preferencialmente na sede da Companhia de forma presencial ou online.

**Parágrafo Oitavo.** Os membros do conselho de administração poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, devendo os conselheiros que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta, fax ou e-mail digitalmente certificado, enviado para a Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração.

**Parágrafo Nono.** As reuniões do conselho de administração serão presididas pelo presidente do conselho de administração e, na sua ausência, por conselheiro escolhido por maioria de votos dos demais membros do conselho de administração presentes à reunião, cabendo ao presidente indicar o secretário.

**Parágrafo Decimo.** O conselho de administração poderá convidar outros participantes para as suas reuniões, com a finalidade de prestarem esclarecimentos, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Parágrafo Decimo Primeiro.** Ao término de toda a reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros do conselho de administração fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do conselho de administração, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §§ 5º, 6º e 8º acima constar da ata e cópia da referida carta, fax ou e-mail contendo seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

**Artigo 17º.** O conselho de administração será competente para deliberar sobre as matérias a seguir previstas, sem prejuízo de qualquer outra matéria que a lei atribua à sua competência:

- a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias;
- b) convocar a assembleia geral, observado o disposto neste estatuto social;
- c) eleger e destituir os diretores e os membros de qualquer comitê da Companhia e de suas inclusive os membros do comitê estratégico, e definir suas atribuições específicas, observando o disposto neste estatuto social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia;
- d) fixar a remuneração dos diretores e dos membros de qualquer comitê da Companhia, observada as bases globais aprovadas pela assembleia geral;
- e) fiscalizar a gestão dos diretores e dos membros do comitê estratégico, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papeis da Companhia, solicitando informações sobre contratos, acordos e quaisquer outros instrumentos celebrados ou em vias de celebração;
- f) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como sobre propostas para a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos;
- g) declarar dividendos intercalares e intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário;
- h) aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- i) aprovar qualquer plano de negócios da Companhia e suas revisões ou alterações;
- j) aprovar qualquer orçamento da Companhia e suas revisões ou alterações;
- k) aprovar qualquer investimento ou despesa (I) não prevista no orçamento anual, cujo o valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou (II) cujo valor, individual ou agregado, exceda em 10% (dez por cento) o valor originalmente aprovado no orçamento anual;
- l) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação cujo o valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ressalvado o disposto na alínea (n) abaixo;
- m) aprovar a aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem móvel ou imóvel, ativo ou direito da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;
- n) aprovar a celebração de contratos financeiros e outros instrumentos de dívida, incluindo a emissão de notas promissórias (commercial papers) ou outros títulos de dívida, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como a celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, leasing, leasing back (com ou sem alienação fiduciária de bens, comprar, vender, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas (incluindo hedge, swap, FINIMP, etc.), (I) cujo valor exceda a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (II) cujos encargos financeiros não se enquadrem na política comercial, financeira e de endividamento aprovada pelo conselho de administração, ou (III) resulte em um dos seguintes indicadores, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, baseados na Lei nº 6.404/76 e nas regras e regulamentações da CVM, conforme aplicáveis, e com observância dos critérios contábeis do IFRS (International Financial Reporting Standards): (A) dívida líquida / EBITDA acima de 2,5x, (B) EBITDA / despesas financeiras abaixo de 2,0x, ou (C) dívida líquida / (divida líquida + patrimônio líquido) acima de 70% (setenta por cento);

- a) aprovar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas, cujo valor exceda o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- p) aprova a concessão de qualquer garantia, real ou fiduciária, incluindo avais, salvo a constituição de alienação fiduciária de veículos no curso normal do negócio da Companhia e para fins e garantia a contratos de financiamento da Companhia;
- q) aprovar aquisição, subscrição, oeração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da criação de qualquer afiliada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em que qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;
- r) assumir obrigações em benefício de terceiros, exonerar terceiros do cumprimento de obrigações, prática de atos gratuitos ou de favor e renúncia de direitos, salvo renúncias no curso normal dos negócios da Companhia e de acordo com a política comercial e financeira aprovada pelo conselho de administração;
- s) aprovar qualquer operação e a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio fora do curso normal das atividades da Companhia e de suas subsidiárias;
- t) aprovar a propositura de qualquer ação judicial ou medida administrativa envolvendo valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou que possa ter efeito adverso significativo para as atividades da companhia e de suas subsidiárias;
- u) celebra qualquer acordo ou transação para evitar ou encerrar qualquer litígio envolvendo valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- v) aprovar a criação, alteração ou cancelamento de qualquer política de compensação ou planos de benefício dos empregados ou administradores, incluindo benefícios indiretos, bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo à remuneração, que não contemplados no orçamento anual;
- w) dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações aprovado pela assembleia geral, aprova, altera ou extingui plano de participação nos lucros ou instrumento similar atribuível aos diretores da Companhia, conforme determinado pela assembleia geral, observando o disposto neste estatuto social;

- a) aprovar qualquer alteração às práticas e políticas contábeis, exceto conforme exigido por;
- y) aprovar as políticas comercial, financeira e de endividamento, incluindo requisitos, termos e condições mínimos e limites para a contratação de operações comerciais e financeiras (incluindo, no caso da atividade de locação de veículos, preços, prazos, condições e retorno sobre capital esperado);
- z) aprovar as normas de procedimento ou regimentos internos relativos a reorganizações substanciais na estrutura e funcionamento da Companhia;

- aa) analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a acompanhar ou verificar o cumprimento das metas e objetivos fixados;
- bb) aprovar a abertura ou encerramento de filiais, agência ou escritórios que não estejam previstos no orçamento anual;
- cc) suspensão das atividades de qualquer linha ou divisão de negócios da Companhia ou de qualquer subsidiária que não esteja prevista no plano de negócios e no orçamento anual;
- dd) definir toda e qualquer voto da Companhia, de suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou qualquer órgão da administração ou comitês de suas subsidiárias;

- ee) escolha das instituições financeiras ou empresas de assessoria responsáveis pela coordenação de operações societárias ou de mercado de capitais incluindo oferta pública inicial de ações da Companhia e emissão ou reestruturação de dívida da Companhia;
- ff) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- gg) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia dentro do limite autorizado, incluindo fixar o preço de emissão e as condições de integralização; e
- hh) deliberar sobre qualquer outra matéria submetida à apreciação do conselho de administração pela diretoria.

**Artigo 18º.** As deliberações das reuniões do conselho de administração serão aprovadas pelo voto afirmativo da maioria de seus membros.

**Artigo 19º.** As deliberações do conselho de administração observarão o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

#### SEÇÃO II – DIRETORIA EXECUTIVA

**Artigo 20º.** A diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) diretor presidente e os demais diretores sem designação específica, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º.** Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

**Parágrafo 2º.** Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

**Parágrafo 3º.** A eleição dos diretores observará as disposições deste estatuto.

**Parágrafo 4º.** No caso de renúncia ou vacância de qualquer cargo de diretor, será convocada reunião do conselho de administração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato.

**Artigo 21º.** A diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões da diretoria serão convocadas por qualquer diretor, por e-mail ou fax, enviados aos números de fax e endereços eletrônicos informados por escrito por cada um dos diretores à Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de cada reunião, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

**Parágrafo Primeiro.** As reuniões da diretoria serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores poderão se fazer representar na reunião por outro diretor, designado por meio de autorização específica e da qual conste instrução de voto do diretor ausente ou impedido, valendo tal representação para fins de verificação de quórum de instalação e deliberação.

**Parágrafo Segundo.** Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os diretores.

**Parágrafo Terceiro.** As deliberações da diretoria serão lavradas em ata, a qual será transcrita no livro de registro das atas de reuniões da diretoria e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados na Junta Comercial competente e publicados.

**Parágrafo Quarto.** Os membros da diretoria poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, devendo os diretores que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta, fax ou e-mail digitalmente certificado, enviado para a Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião da diretoria.

**Artigo 22º.** Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, observando o disposto neste estatuto social e nas deliberações do conselho de administração, compeliindo-lhes:

- a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, para a prática de todos os atos e negócios jurídicos em geral necessários ao funcionamento regular e ao desenvolvimento das atividades contempladas no objeto social da Companhia, observando o disposto no Artigo 14º;
- b) submeter, anualmente, a apreciação do conselho de administração, o relatório da administração e as contas da diretoria, acompanhados do relatório dos auditores bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- c) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- d) cumprir as atribuições previstas neste estatuto social e aquelas estabelecidas pelo conselho de administração;
- e) elaborar e submeter ao conselho de administração proposta de plano de negócios e do orçamento anual e, posteriormente, cumprir o plano de negócios e o orçamento anual aprovados pelo conselho de administração;
- f) decidir sobre os assuntos que não sejam de competência privativa da assembleia geral ou do conselho de administração;
- g) no desempenho de suas funções, os administradores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia (e a suas subsidiárias): os acionistas, os empregados ativos; os fornecedores, consumidores e demais credores; e a comunidade e o meio ambiente local e global.

**Parágrafo Único.** A diretoria disponibilizará, nos termos da Instrução CVM 391/2003, contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos de valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 23º.** A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

- a) por 1 (um) diretor presidente, agindo isoladamente;
- b) por 1 (um) diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado nos termos do Artigo 23;
- c) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeado nos termos do Artigo 23;
- d) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, para representação da Companhia perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais; perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho; para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia e na emissão de duplicatas ou cobranças; e na assinatura de correspondências de rotina, que não impliquem responsabilidade para a Companhia.

**Parágrafo Primeiro.** A representação da Companhia no exercício do direito de voto perante suas subsidiárias será sempre exercida sob orientação do conselho de administração, quando houver.

**Parágrafo Segundo.** Os atos que exigem autorização prévia do conselho de administração, de acordo com este estatuto social, só poderão ser efetuados se cumprida tal exigência.

**Artigo 24º.** Os instrumentos de prooração serão assinados, obrigatoriamente, pelo diretor presidente.

**Parágrafo Único.** As procurações outorgadas deverão especificar os poderes conferidos, bem como com a exceção daquelas para fins judiciais, o prazo de duração, o qual não poderá ser superior a 1 (um) ano. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-ão como vincendas no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenham sido outorgadas.

**Artigo 25º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador, funcionário ou preposto que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo conselho de administração.

#### CAPÍTULO V – COMITÊ ESTRATÉGICO

**Artigo 26º.** A Companhia terá um comitê estratégico, para assessoramento do conselho de administração. O comitê estratégico será composto por 3 (três) membros, residentes ou não no país, acionistas ou não

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 29 Outubro 2025, 17:57:27



**Documento:** OMNI SAÚDE S.A. - ATA- DIGITAL - DIGITAL 8X38.Pdf

**Número:** ac0d2625-6faf-438d-bf85-919bc8c2dfd7

**Data da criação:** 29 Outubro 2025, 17:57:10

**Hash do documento original (SHA256):** bc8e31a1c7b386bcc658fb62712ff3012add1495a9d9fb563af81332919c3efc



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número ac0d2625-6faf-438d-bf85-919bc8c2dfd7, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign ac0d2625-6faf-438d-bf85-919bc8c2dfd7. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.